

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

O funcionamento dos aterros nacionais tem sido pautado por inúmeras ilegalidades e inconformidades que estão na base de variados impactes ambientais e de saúde pública no território nacional. São sobejamente conhecidos os casos de deposição ilegal de amianto em aterro (Azambuja), os maus odores (Sobrado, Azambuja), as pragas (Penafiel) ou a receção de resíduos para os quais as instalações não têm licenciamento (Zambujal).

A estes problemas acresce o aumento de 1670 por cento – de 13 mil para 230 mil toneladas – da quantidade de resíduos transferidos do estrangeiro para Portugal, entre 2015 e 2019, pressionando a capacidade das instalações existentes.

Em 19 de fevereiro de 2020, durante a audição regimental do ministro do Ambiente e da Ação Climática na Comissão de Ambiente, Energia e Ordenamento do Território, a secretária de Estado do Ambiente reconheceu alguns dos problemas dos aterros nacionais e a necessidade de se proceder à sua fiscalização. Como tal, a secretária de Estado revelou que a **“IGAMAOT tem pelo menos 53 aterros sinalizados para serem alvos de inspeções durante o primeiro semestre de 2020”**.

Admitindo-se que podem ter ocorrido constrangimentos nas ações inspetivas decorrentes da atual crise pandémica, importa, mesmo assim, conhecer as ações inspetivas realizadas no primeiro semestre de 2020, e os seus principais resultados.

Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através do Ministro do Ambiente e da Ação Climática, as seguintes perguntas:

1. Que aterros foram inspecionados pelas entidades competentes, no primeiro semestre de 2020?
2. Quais são os principais resultados das ações inspetivas, para cada aterro inspecionado, no primeiro semestre de 2020?

3. Quantos processos de entrada de resíduos em território nacional foram **recusados** desde a publicação do despacho n.º 28/GSEAMB/2020, de 3 de janeiro?
 - 3.1 Quantos destes processos correspondiam à entrada de resíduos para eliminação?
 - 3.2 Quantos destes processos correspondiam à entrada de resíduos para valorização?
4. Quantos processos de entrada de resíduos em território nacional foram **aceites** desde a publicação do despacho n.º 28/GSEAMB/2020, de 3 de janeiro?
 - 4.1 Quantos destes processos correspondiam à entrada de resíduos para eliminação?
 - 4.2 Quantos destes processos correspondiam à entrada de resíduos para valorização?
5. Que medidas vai o Governo adotar para resolver os principais problemas ambientais e de saúde pública associados a aterros nacionais?

Palácio de São Bento, 27 de julho de 2020

Deputado(a)s

NELSON PERALTA(BE)

MARIA MANUEL ROLA(BE)